



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI	***.517.662-**	17/04/2026 09:26
2	LOURRANT CANTÃO PESSOA	***.537.082-**	17/04/2026 13:00
3	HEVILENY MARIA CABRAL DE LIMA JARDIM	***.653.454-**	17/04/2026 14:04

Docto ID: 2613313 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 90067/SUPECOL/PMJP/RO/2026
SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 3070/2026 - SEMUSA

OBJETO: Sistema de Registro de Preços, para a contratação de empresa especializada na confecção, fornecimento, transporte e instalação de placas externas, fachadas, placas internas de sinalização funcional, quadros de horário de funcionamento e quadros de serviços ofertados, destinadas às unidades da rede municipal de saúde e apoio social do Município de Ji-Paraná/RO, incluindo, quando necessário, adequação de layout/arte final conforme padrão institucional, retirada de placas existentes e recomposição básica das superfícies afetadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 06/07/2026 às 09:30h (*horário de Brasília*)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PARTICIPAÇÃO:
• Lote destinado a AMPLA PARTICIPAÇÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 193.100,00 (cento e noventa e três mil e cem reais).

FONTE DE RECURSOS:

10	Fundo Municipal de Saúde
02	PODER EXECUTIVO
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
020703	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
10	Saúde
10 301	Atenção Básica
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PA
10 301 0002 2101 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Si
551 OR	3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD
0.1.600 0	010.100 Atenção Primária - Principal

EDITAL:
Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:
Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-
Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná/RO, 16 de junho de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]
Willian Gabriel Resende Matias
Pregoeiro
Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]
Hevileny M^a C. L. Jardim
Presidente Pregoeira
Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90067/SUPECOL/PMJP/RO/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AMPLA PARTICIPAÇÃO

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1385/2024, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06 de julho de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 3070/2026 - SEMUSA

1. DO OBJETO

1.1. Sistema de Registro de Preços, para a contratação de empresa especializada na confecção, fornecimento, transporte e instalação de placas externas, fachadas, placas internas de sinalização funcional, quadros de horário de funcionamento e quadros de serviços ofertados, destinadas às unidades da rede municipal de saúde e apoio social do Município de Ji-Paraná/RO, incluindo, quando necessário, adequação de layout/arte final conforme padrão institucional, retirada de placas existentes e recomposição básica das superfícies afetadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será realizada em lote único, com um total de 4 (quatro) itens, conforme tabela constante no **ANEXO II**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O lote é destinado para **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.

1.4. A SEMUSA justifica a adoção de lote para contratação, conforme: **Considerando a natureza dos serviços de comunicação visual, verifica-se que há uma estreita interdependência técnica e operacional entre a confecção e a instalação das placas. A execução por um único fornecedor é indispensável para garantir a padronização da identidade visual, a fidelidade das cores conforme o Manual de Identidade Visual do SUS e a uniformidade de materiais em todas as unidades de saúde.**

1.5. Em caso de **discordância existente** entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no **Anexo II** deste edital, **prevalecerão às últimas.**

1.6. Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **marca/modelo/fabricação**.

1.7. Os licitantes, no que couber, devem apresentar **catálogo dos produtos ofertados** para adequada análise técnica do setor requisitante.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no **ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços**.

2.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.3. Não se aplica ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021**.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor **unitário do lote**;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.**

5.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

5.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do lote**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo).**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15.** **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** **No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**
- 6.18.** Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte

da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos

documentos complementares, quando necessários à **confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4. Nos termos do art. 156, inc. III e § 4º da Lei Federal n. 14.133/2021, constatada a existência de sanção de impedimento de contratar junto a Prefeitura do Município de Ji-Paraná, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Será inabilitado, de plano, o licitante que for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 156, inc. IV), vez que a sanção se aplica em âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada. **e 4.6 deste edital.**

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

- 7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.10.3.** No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.10.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.11.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.12.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.13.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.13.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.15.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.17.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.18.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.19.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir**. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A **verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação**.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:

8.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a.a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
- b. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) lote(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico www.ji-parana.ro.gov.br - Portal da Transparência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização

a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar, nos termos dos arts. 155, V e 156, §4º, III, da Lei nº 14.133/2021, as empresas que após participarem ativamente da sessão pública e apresentarem diversos lances, restando mais bem classificadas na fase de julgamento, simplesmente desistirem da proposta sem motivo ou fato superveniente que a justifique.

12.16. Na inexecução, total ou parcial, do objeto licitado serão aplicadas as sanções previstas no Termo de Referência – Anexo I do presente edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.ro e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

14.11. Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.12.1.1. Apêndice do Termo de Referência

14.12.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

14.12.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

14.12.3.1. ANEXO III – A – Modelo de Declaração

14.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

14.12.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná/RO, 16 de junho de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Willian Gabriel Resende Matias

Pregoeiro

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Hevileny Mª C. L. Jardim

Presidente Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO

Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná-RO

Departamento: Departamento de Atenção Básica - DAB

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO.

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui o presente Termo de Referência a realização de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de empresa especializada na confecção, fornecimento, transporte e instalação de placas externas, fachadas, placas internas de sinalização funcional, quadros de horário de funcionamento e quadros de serviços ofertados, destinadas às unidades da rede municipal de saúde e apoio social do Município de Ji-Paraná/RO, incluindo, quando necessário, adequação de layout/arte final conforme padrão institucional, retirada de placas existentes e recomposição básica das superfícies afetadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Natureza

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, nos termos do **art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21**.

1.2.2. Objeto desta contratação não possui características de luxo ou sofisticação desnecessária, devendo observar padrão de qualidade compatível com a finalidade pública a que se destina, vedada a exigência de materiais, acabamentos ou soluções superiores ao estritamente necessário ao atendimento do interesse público.

1.2.3. A contratação poderá ser realizada por meio de licitação na modalidade pregão, uma vez que se trata de serviço comum, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos no edital, permitindo a comparação direta entre propostas e a seleção da mais vantajosa com base no menor preço.

1.2.4. Para execução do objeto, os licitantes deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar a documentação de habilitação exigida, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Modalidade

1.3.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, em sua forma eletrônica, observando-se o critério de julgamento de menor preço global por lote, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, com execução parcelada dos serviços conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3.2. A contratação observará as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, garantindo tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), quando cabível, promovendo a competitividade e o desenvolvimento econômico local.

1.3.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza estimada da demanda, pela necessidade de execução parcelada e pela possibilidade de atendimento contínuo das unidades de saúde, inclusive em situações de substituição, ampliação ou adequação de sinalização, garantindo maior eficiência administrativa e economicidade.

1.4. Modo de Disputa

1.4.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto.

1.4.1.1. Nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, decrescentes, sendo vencedor o licitante que ofertar o menor preço ao final da fase competitiva.

1.4.1.2. A fase de lances ocorrerá em ambiente eletrônico, permitindo ampla competitividade entre os participantes e registro automático das propostas pelo sistema.

1.5. Quantitativos

1.5.1. Quadro de Especificações Técnicas dos Itens e Quantitativos:

Item	Descrição Detalhada do Objeto (Sinalização Visual)	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	PLACA EXTERNA/FACHADA (PRINCIPAL): Confeção e instalação de placa em lona com estrutura metálica em metalon ou ACM, impressão digital UV de alta resolução. Medidas: 3,00m (largura) x 1,20m (altura). Conforme Manual de Identidade Visual do SUS.	SÇ	20	1.038,82	20.776,40
02	PLACAS INTERNAS DE SINALIZAÇÃO FUNCIONAL: Identificação de salas/consultórios. Confeção e instalação em PVC 2mm com adesivo vinil fosco. Medidas: 30cm (largura) x 15cm (altura). Fixação com fita dupla face de alta resistência.	SÇ	900	142,00	127.800,00
03	QUADRO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Placa em PVC 3mm ou acrílico, com bolsas para inserção de papel. Medidas: 60cm (largura) x 40cm (altura). Incluindo arte final e instalação.	SÇ	20	596,30	11.926,00
04	QUADRO DE SERVIÇOS OFERTADOS: Placa rígida em PVC 3mm, layout colorido de alta durabilidade. Medidas: 80cm (largura) x 60cm (altura). Conforme padrão da rede municipal.	SÇ	20	570,45	11.409,00
TOTAL VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					171.911,40

1.5.1.1. Os quantitativos foram definidos com base no levantamento das necessidades das unidades da rede municipal de saúde, conforme Documento de Formalização de Demanda nº 1599/2026, Estudo Técnico Preliminar e demais documentos constantes dos autos.

1.5.2. O dimensionamento considerou a quantidade de unidades existentes e em fase de implantação, bem como a necessidade de padronização da identificação externa e da sinalização interna funcional.

1.5.3. Padronização Visual: a contratação assegura uniformidade na identidade visual das unidades, conforme o Manual de Identidade Visual do SUS, garantindo clareza e reconhecimento institucional.

1.5.4. Organização dos Fluxos: a sinalização interna possibilita melhor orientação dos usuários, contribuindo para a organização dos atendimentos e otimização das rotinas administrativas.

1.5.5. Eficiência na Prestação do Serviço Público: a adequada identificação das unidades e setores melhora o acesso da população aos serviços de saúde e reduz demandas repetitivas de informação.

1.5.6. Qualidade e Durabilidade: os materiais deverão apresentar resistência às condições de uso, inclusive exposição ao tempo, garantindo maior vida útil e redução de custos com manutenção e substituição.

1.5.7. Segurança e Conformidade: todos os serviços deverão atender às especificações técnicas, padrões institucionais e condições de instalação adequadas, assegurando qualidade e segurança na execução.

1.5.8. A definição dos quantitativos visa atender adequadamente à necessidade pública identificada, garantindo eficiência na aplicação dos recursos e melhoria da estrutura das unidades de saúde.

1.6. Prazo do Contrato

1.6.1. Vigência da Ata de Registro de Preços: A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação vigente.

1.6.2. Vigência do Contrato (Instrumento Equivalente): O prazo de vigência contratual (ou da Nota de Empenho) será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura/recebimento, prazo este necessário para abranger a execução integral dos serviços e o período de garantia técnica, em conformidade com o **Art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.

1.6.2.1. A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços não se confunde com a vigência da própria Ata, podendo os contratos ter vigência superior ou independente, desde que firmados durante a validade do registro de preços, conforme os **Arts. 106 e 107** da referida Lei.

1.6.3. Prazo de Execução: Os serviços de confecção e instalação das placas deverão ser integralmente concluídos no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço ou Nota de Empenho.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional, conforme DFD - Formalização de Demanda nº 1599/2026 (ID 2429994) e Estudo Técnico Preliminar constante dos autos. A contratação justifica-se pela necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de promover a padronização da identidade visual e da sinalização funcional das unidades de saúde do Município de Ji-Paraná/RO, garantindo melhor organização dos ambientes e adequada orientação dos usuários, observando os seguintes pontos:

2.1.1. Manutenção da Organização dos Serviços: a implantação de sinalização padronizada possibilita melhor identificação dos ambientes, setores e serviços ofertados, contribuindo para a organização interna das unidades e otimização dos fluxos de atendimento.

2.1.2. Melhoria na Orientação dos Usuários: a existência de placas externas e internas adequadas facilita a localização das unidades e dos setores, reduzindo dúvidas, deslocamentos desnecessários e sobrecarga das equipes com informações repetitivas.

2.1.3. Fortalecimento da Identidade Institucional: a padronização das placas conforme o Manual de Identidade Visual do SUS assegura uniformidade visual, transparência das informações e reconhecimento institucional das unidades de saúde.

2.1.4. Eficiência Administrativa: a organização dos espaços físicos por meio de sinalização adequada contribui para maior produtividade das equipes, melhor aproveitamento dos recursos humanos e melhoria no atendimento prestado à população.

2.1.5. Atendimento às Unidades Existentes e em Implantação: a contratação contempla tanto as unidades já em funcionamento quanto aquelas em fase de conclusão, garantindo que todas iniciem ou mantenham suas atividades com identificação visual adequada.

2.1.6. Redução de Custos Operacionais: a padronização da sinalização reduz a necessidade de retrabalho, substituições frequentes e intervenções corretivas, promovendo economicidade na gestão pública.

2.1.7. Segurança e Acessibilidade: a sinalização adequada contribui para a circulação segura de usuários, especialmente idosos, gestantes e pessoas com deficiência, promovendo acessibilidade e humanização do atendimento.

2.1.8. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, estratégica e devidamente fundamentada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e continuidade dos serviços públicos.

2.2. Justificativa do Parcelamento ou Não da Contratação

2.2.1. Considerando a natureza dos serviços de comunicação visual, verifica-se que há uma estreita **interdependência técnica e operacional** entre a confecção e a instalação das placas. A execução por um único fornecedor é indispensável para garantir a padronização da identidade visual, a fidelidade das cores conforme o Manual de Identidade Visual do SUS e a uniformidade de materiais em todas as unidades de saúde.

2.2.2. Diante disso, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), a licitação deverá ser realizada em lote único, entretanto, a **execução da contratação ocorrerá de forma parcelada**, mediante a emissão de ordens de serviço, conforme a demanda da Administração. Essas medidas visam assegurar a responsabilidade integral de uma única contratada sobre o resultado final, evitar divergências estéticas entre itens correlatos e garantir a economia de escala, em conformidade com o **art. 47 da Lei nº 14.133/2021**.

2.2.3. O agrupamento dos itens em lote único não restringe a competitividade, visto que o mercado de comunicação visual é amplo e composto por empresas aptas a executar a solução de forma integrada, proporcionando maior eficiência na fiscalização e gestão contratual pela SEMUSA.

2.3. Levantamento de Mercado

2.3.1. O levantamento de mercado encontra-se detalhado no Estudo Técnico Preliminar constante dos autos, bem como na pesquisa de preços realizada por meio do Painel de Preços do Governo Federal e consulta a fornecedores do ramo de comunicação visual, conforme documentos juntados ao processo.

2.3.2. Verificou-se a existência de empresas especializadas aptas a atender ao objeto da contratação, com capacidade técnica para execução dos serviços de confecção e instalação de placas de sinalização, demonstrando viabilidade e competitividade no mercado.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e instalação de placas de sinalização e identificação institucional, visando atender às necessidades das unidades da rede municipal de saúde, garantindo padronização visual, organização dos ambientes e adequada orientação dos usuários.

3.2. A presente solução encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar constante dos autos, no qual foram analisadas alternativas de mercado e identificada a solução mais vantajosa sob os aspectos

técnico, operacional e econômico.

3.3. A solução adotada baseia-se na padronização da comunicação visual das unidades, assegurando uniformidade de layout, material, dimensões e identidade institucional.

3.4. Considerando a natureza dos serviços de comunicação visual, faz-se necessária a utilização de materiais adequados, com resistência às intempéries, boa durabilidade, legibilidade e acabamento, garantindo a integridade das placas e a manutenção das informações ao longo do tempo.

3.5. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços representa a solução mais viável, pois permite a execução parcelada conforme a necessidade da Administração, contemplando tanto a implantação inicial quanto eventuais substituições, adequações ou ampliações nas unidades.

3.6. A contratação integrada dos serviços de confecção e instalação assegura maior qualidade técnica, evitando incompatibilidades entre materiais e execução, além de garantir responsabilidade única sobre o resultado final.

3.7. Assim, torna-se imprescindível assegurar um fluxo contínuo de execução dos serviços, o que será viabilizado por meio da formalização da Ata de Registro de Preços, permitindo agilidade no atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

3.8. A caracterização dos serviços foi estabelecida com base no Manual de Identidade Visual do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como na necessidade de padronização institucional da rede municipal, buscando maior eficiência e uniformidade visual.

3.9. A contratação é amplamente viável, considerando que existem no mercado diversas empresas especializadas no ramo de comunicação visual, aptas a executar os serviços com qualidade, favorecendo a competitividade do certame.

3.10. A solução compreende o conjunto de serviços necessários para garantir a adequada identificação das unidades, organização dos fluxos internos e transparência das informações prestadas à população, atendendo integralmente à necessidade da Administração.

3.11. Como benefícios resultantes da contratação, espera-se melhorar a orientação dos usuários, fortalecer a identidade institucional, otimizar o funcionamento das unidades e proporcionar maior eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde. A contratação proposta será benéfica e vantajosa, uma vez que:

- a) O planejamento buscou o melhor aproveitamento dos recursos públicos, contemplando as necessidades reais das unidades de saúde;
- b) Os padrões definidos utilizam especificações usuais de mercado, permitindo avaliação objetiva das propostas e garantindo qualidade na execução;
- c) Os parâmetros definidos possibilitam a obtenção de preços compatíveis com a finalidade da contratação.

3.12. Da solução adotada.

3.12.1. A solução escolhida é a realização de Pregão Eletrônico, modalidade adequada para contratação de serviços comuns, conforme a Lei nº 14.133/2021, por proporcionar:

- a) competitividade e economicidade;
- b) transparência e controle;
- c) atendimento às especificações técnicas;
- d) celeridade na contratação.

3.12.2. Com base nesses elementos, justifica-se a adoção do Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, por ser a opção mais vantajosa para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos.

3.12.3. Foram identificados riscos relacionados à execução inadequada dos serviços, utilização de materiais de baixa qualidade, divergência em relação aos padrões institucionais e atrasos na entrega, os quais serão mitigados por meio de fiscalização contratual rigorosa, definição clara das especificações técnicas e aplicação das penalidades previstas em caso de descumprimento.

3.13. Análise sintética de riscos da contratação

3.13.1. Foram identificados os seguintes riscos principais:

- a) atraso na execução dos serviços;
- b) utilização de materiais em desconformidade com as especificações;
- c) divergência entre o layout aprovado e o material instalado;
- d) falhas de fixação ou acabamento;
- e) necessidade de retrabalho em razão de medições incorretas.

3.13.2. Como medidas mitigadoras, a Administração adotará:

- a) emissão de Ordem de Serviço com detalhamento de locais, quantitativos e layouts;
- b) fiscalização técnica da execução e do recebimento;
- c) exigência de correção ou substituição sem ônus;
- d) aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento;
- e) registro fotográfico e checklist de aceitação por unidade.

3.13.3. Os riscos ordinários da execução contratual serão suportados pela contratada, no que couber, sem prejuízo das hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

4.1.1.2. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

4.1.1.3. Não ter sido condenada, a empresa vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil ou ao trabalho em condições análogas à de escravo, em afronta aos princípios constitucionais e demais normas legais aplicáveis à proteção do trabalho.

4.1.1.4. Utilizar, sempre que possível, materiais com maior durabilidade, resistência e potencial de reutilização ou reciclagem, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e a geração de resíduos;

4.1.1.5. Promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços, incluindo restos de materiais, embalagens e placas substituídas.

4.2. Da Descrição dos Requisitos da Contratação

4.2.1. Do Prazo de Assinatura da Ata de Registro de Preços

4.2.1.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada em até 10 (dez) dias úteis a contar da convocação.

4.2.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito

pela Administração, na forma do art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Dos requisitos específicos

4.3.1. Características Gerais dos Serviços:

- a) Todos os materiais utilizados na confecção das placas deverão ser novos, sem uso prévio, e apresentar qualidade compatível com a finalidade pública;
- b) As placas deverão ser confeccionadas com materiais adequados à sua finalidade, como ACM, PVC, acrílico, adesivo vinílico ou equivalentes, devendo apresentar resistência mecânica, durabilidade e acabamento adequado;
- c) As placas externas deverão possuir resistência às intempéries, como exposição ao sol, chuva e variações climáticas, garantindo legibilidade e integridade ao longo do tempo;
- d) As placas internas deverão apresentar boa legibilidade, fixação segura e acabamento compatível com o ambiente de instalação;
- e) Todos os itens deverão ser produzidos conforme layout e identidade visual definidos pela Administração, em conformidade com o Manual de Identidade Visual do SUS;
- f) As informações constantes nas placas deverão ser claras, objetivas, legíveis e compatíveis com as orientações fornecidas pela Administração;
- g) A instalação deverá ser realizada de forma adequada, com fixação segura, respeitando as características estruturais de cada unidade, evitando danos às superfícies;
- h) Quando necessário, deverá ser realizada a retirada de placas antigas e a recomposição básica das superfícies afetadas, garantindo acabamento adequado;
- i) Não serão aceitos serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas, padrões visuais ou orientações da Administração.

4.3.2. DO RECEBIMENTO E PROCEDÊNCIA

4.3.2.1. A contratada deverá executar os serviços conforme Ordem de Serviço emitida pela Administração, acompanhada das especificações, layouts e locais de instalação.

4.3.2.2. A Administração reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, os serviços executados que apresentem falhas, materiais inadequados, divergência em relação ao layout aprovado, defeitos de acabamento ou instalação inadequada.

4.3.2.3. O recebimento dos serviços ficará condicionado à verificação da conformidade técnica, qualidade dos materiais, fixação, acabamento e atendimento integral às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.4. Da garantia do objeto

4.4.1. Aplica-se aos serviços o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais legislações pertinentes;

4.4.2. No caso de falhas na execução, defeitos de fabricação, problemas de fixação, acabamento inadequado ou divergência técnica, a Administração notificará a contratada para realização das correções necessárias, sem ônus para o Município;

4.4.3. A contratada será responsável por assegurar a qualidade dos serviços executados, garantindo durabilidade, resistência e integridade das placas instaladas;

- 4.4.4.** A garantia deverá abranger eventuais defeitos decorrentes da confecção ou instalação, incluindo descolamento, desbotamento, falhas de fixação ou deterioração precoce;
- 4.4.5.** Durante o período de garantia, todas as despesas com substituição, reparo, transporte e reinstalação correrão por conta exclusiva da contratada;
- 4.4.6.** A substituição ou correção deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação formal;
- 4.4.7.** Nos casos em que a falha comprometa a identificação da unidade ou o funcionamento dos serviços, o prazo poderá ser reduzido para até 48 (quarenta e oito) horas;
- 4.4.8.** A garantia poderá ser exigida mesmo após o término da vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação aplicável;
- 4.4.9.** O custo referente a transporte, retirada, substituição e reinstalação será de responsabilidade integral da contratada.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratada deverá executar os serviços de confecção, fornecimento e instalação das placas de sinalização e identificação institucional, atendendo integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às especificações constantes nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

5.2. Do local, horário e prazo de execução

5.2.1. LOCAL DE EXECUÇÃO E ENTREGA: Os serviços de confecção e instalação das placas deverão ser coordenados a partir da base logística da Secretaria Municipal de Saúde, devendo a entrega técnica e o recebimento de materiais ocorrerem no:

- **Almoxarifado Central da SEMUSA:** Rua Teresina, nº 497, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO, CEP: 76.908-326.

5.2.1.1. A instalação final ocorrerá nas unidades de saúde do DAB e DMAC em Ji-Paraná, cujos endereços detalhados serão fornecidos à contratada no ato da emissão da Ordem de Serviço (OS).

5.3. Do prazo de execução

5.3.1. O início da execução contratual se dará após a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou instrumento equivalente, mediante emissão de Ordem de Serviço, sendo vedado o estabelecimento de vínculo de subordinação entre os funcionários da contratada e a Administração.

5.3.2. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ocorrer de forma parcelada durante a vigência da Ata.

5.3.3. O prazo poderá ser ajustado pela Administração, conforme a complexidade da demanda, desde que devidamente justificado e formalizado.

5.4. Das condições de recebimento

5.4.1. O recebimento dos serviços descritos neste Termo de Referência se dará da seguinte forma:

5.4.1.1. Provisoriamente, após a execução dos serviços, para posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas, layouts aprovados, materiais utilizados, fixação e acabamento, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis;

5.4.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, após verificação da compatibilidade com as especificações estabelecidas, qualidade dos materiais e adequação da instalação, mediante atesto na nota fiscal ou emissão de Termo de Recebimento Definitivo;

5.4.1.3. Caso seja identificada qualquer falha na execução, divergência em relação ao layout aprovado, uso de material inadequado ou defeito de instalação, cuja responsabilidade seja atribuída à contratada, o prazo para o recebimento definitivo será interrompido, reiniciando-se após a devida correção ou substituição;

5.4.1.4. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto a vícios ocultos, que venham a se manifestar durante a utilização das placas, nos termos da legislação aplicável;

5.4.1.5. A recusa injustificada da contratada em executar os serviços no prazo estipulado caracteriza descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei.

5.5. Do controle de qualidade

5.5.1. No ato da execução e instalação, a contratada deverá garantir que os materiais utilizados atendam às especificações técnicas estabelecidas, apresentando qualidade, resistência e acabamento compatíveis com a finalidade do objeto.

5.5.2. As placas deverão apresentar boa legibilidade, alinhamento adequado, fixação segura e conformidade com os padrões visuais definidos pela Administração.

5.5.3. A Administração não aceitará serviços executados com materiais de baixa qualidade, defeituosos, com falhas de impressão, descolamento, desalinhamento ou qualquer irregularidade que comprometa a durabilidade e funcionalidade das placas.

5.6. Da rescisão contratual

5.6.1. O contrato ou a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.6.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Do acompanhamento e fiscalização

6.2.1. Os procedimentos de fiscalização atenderão ao disposto na Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024, que dispõe sobre as atividades de gestor e fiscal de contratos, da comissão de recebimento de materiais e serviços e demais providências pertinentes.

6.2.2. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, vinculados ao Departamento de Atenção Básica (DAB) ou outro setor competente, ou, na impossibilidade, por seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. Em caso de execução em desconformidade com este Termo de Referência, tais como uso de materiais inadequados, divergência de layout, falhas de acabamento ou instalação inadequada, a fiscalização

registrará as irregularidades por meio de relatório, dando ciência à contratada para que promova a correção no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

6.3. Fiscalização de Contrato

6.3.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução dos serviços, verificando o cumprimento integral das condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.3.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, indicando as medidas necessárias para a correção de falhas ou irregularidades, nos termos do art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021.

6.3.3. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal notificará a contratada, estabelecendo prazo para a devida correção.

6.3.4. O fiscal informará ao gestor do contrato situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência.

6.3.5. Em caso de ocorrência que comprometa a execução dos serviços nos prazos estabelecidos, o fiscal comunicará imediatamente ao gestor do contrato.

6.3.6. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como acompanhará os atos de empenho, liquidação e pagamento.

6.3.7. Constatado descumprimento contratual, o fiscal atuará de forma imediata, reportando ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

6.3.8. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por eventuais irregularidades, vícios, falhas de execução ou utilização de materiais inadequados.

6.4. Gestor do Contrato

6.4.1. O gestor do contrato coordenará o acompanhamento da execução contratual, mantendo atualizado o histórico de gerenciamento com todos os registros formais.

6.4.2. O gestor acompanhará as atividades desenvolvidas pelo fiscal, bem como as ocorrências registradas e as providências adotadas.

6.4.3. O gestor verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento.

6.4.4. O gestor adotará as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização, quando cabível, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.5. O gestor encaminhará a documentação necessária aos setores competentes para fins de liquidação e pagamento.

6.5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.5.1. Exercer o acompanhamento, controle e avaliação da execução contratual.

6.5.2. Acompanhar, fiscalizar e conferir a execução dos serviços por meio de servidor designado.

6.5.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas.

6.5.4. Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

6.5.5. Solicitar a correção ou substituição de serviços executados em desconformidade.

6.5.6. Fornecer as informações necessárias para execução dos serviços, incluindo layouts, locais de instalação e orientações técnicas.

6.5.7. Efetuar o pagamento à contratada conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.6.1. Assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a convocação.

6.6.2. Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, padrões institucionais e orientações da Administração.

6.6.3. Realizar a correção ou substituição de serviços executados em desconformidade, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação, podendo ser reduzido para até 48 (quarenta e oito) horas em situações que comprometam o funcionamento das unidades.

6.6.4. Utilizar materiais de qualidade, compatíveis com a finalidade do objeto, garantindo durabilidade, legibilidade e resistência das placas.

6.6.5. Responsabilizar-se pela retirada de placas antigas e recomposição básica das superfícies, quando necessário.

6.6.6. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, quaisquer serviços que apresentem falhas, defeitos ou inadequações.

6.6.7. Arcar com todos os custos decorrentes da execução, incluindo materiais, transporte, mão de obra, equipamentos e encargos.

6.6.8. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.7. Da subcontratação

6.7.1. Fica vedada a subcontratação total do objeto, nos termos da legislação aplicável.

6.7.2. A subcontratação parcial poderá ser admitida para atividades acessórias, desde que previamente autorizada pela Administração.

6.7.3. A subcontratação parcial não transfere à subcontratada a responsabilidade integral pela execução do objeto, permanecendo a contratada como única responsável perante a Administração.

6.8. Da arbitragem

6.8.1. Eventuais controvérsias relativas a direitos patrimoniais disponíveis poderão ser submetidas à arbitragem, mediante cláusula compromissória expressa no instrumento contratual, nos termos da legislação aplicável.

6.9. Do Cancelamento do Registro de Preços

6.9.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado nas hipóteses de descumprimento das condições da ata, recusa injustificada na execução dos serviços ou aplicação de penalidade impeditiva.

6.9.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado por ordem bancária em conta corrente da Contratada, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após a liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada das seguintes certidões devidamente atualizadas, desde que a documentação da empresa esteja regular:

- a) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS CRF.

7.1.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura não seja apresentada corretamente ou a documentação esteja irregular, o prazo para pagamento será contado a partir da regularização.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida conforme a Unidade Orçamentária responsável pela emissão da Nota de Empenho, sendo:

- a) Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná CNPJ nº 19.122.075/0001-73.

7.3. A contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura, obrigatoriamente:

- a) descrição dos serviços executados;
- b) quantitativos efetivamente realizados;
- c) número da Nota de Empenho;
- d) número do processo administrativo;
- e) dados bancários para pagamento.

7.4. A medição dos serviços será realizada com base nas Ordens de Serviço emitidas e efetivamente executadas, considerando:

7.4.1. a conferência dos quantitativos executados;

7.4.2. a verificação da conformidade com as especificações técnicas e layouts aprovados;

7.4.3. a qualidade dos materiais utilizados e da instalação realizada.

7.5. O pagamento será efetuado apenas pelos serviços efetivamente executados, instalados e devidamente aceitos pela Administração, após o recebimento definitivo.

7.5.1. Não haverá pagamento antecipado.

7.6. Na hipótese de a Nota Fiscal/Fatura apresentar erros, inconsistências ou dúvidas quanto à execução dos serviços, a Administração poderá efetuar o pagamento da parte não controvertida, ficando o restante condicionado à regularização.

7.7. Havendo irregularidades no cumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá reter os valores devidos à contratada até o limite dos prejuízos causados, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento implicará na prorrogação automática do prazo para pagamento.

7.9. A Administração não efetuará pagamento de obrigações assumidas pela contratada junto a terceiros, salvo determinação judicial devidamente formalizada.

7.10. As retenções tributárias na fonte observarão o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e legislação municipal vigente.

7.10.1. Caso a contratada seja optante pelo **Simples Nacional**, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida declaração de opção (conforme modelo legal), para que a retenção do Imposto de Renda e

demais contribuições ocorra de acordo com as alíquotas diferenciadas da Lei Complementar nº 123/2006.

7.11. Em caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha dado causa, será devida compensação financeira calculada conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (equivalente a 6% ao ano).

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, conforme o **Art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do **Art. 6º, inciso XLI**, da referida Lei.

8.1.2. O critério de julgamento será o de **Menor Preço Global por Lote**, justificando-se em razão da interdependência técnica e da necessidade de padronização da identidade visual em todas as unidades de saúde da rede municipal."

8.2. Modo de Disputa: Aberto.

8.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA: (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva)

8.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade no sítio eletrônico oficial;

8.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. Sociedade empresária estrangeira: autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial;

8.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova de administração;

8.4.6. Filial, sucursal ou agência: inscrição no respectivo registro, com averbação no registro da matriz;

8.4.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação, estatuto social e registro na forma da legislação vigente.

8.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.5.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal;

8.5.3. Prova de regularidade com o FGTS;

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, compatível com o objeto contratual (comunicação visual, confecção ou instalação);

8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal.

8.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.6.1. Será exigida qualificação econômico-financeira, conforme os requisitos abaixo:

- I. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- II. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais;
- III. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- IV. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, será exigido patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação;
- V. Os índices deverão ser comprovados por meio de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.7.1. Será exigida qualificação técnica, conforme as disposições a seguir:

8.7.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou serviços de confecção e/ou instalação de placas, comunicação visual ou serviços compatíveis com o objeto desta contratação;

8.7.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter descrição dos serviços executados, prazos e qualidade da execução, podendo ser solicitado documento complementar para comprovação;

8.7.1.3. A comprovação da aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto será feita por meio de atestado(s) de capacidade técnica.

8.7.1.4. A Administração poderá promover diligência para confirmar a compatibilidade da capacidade operacional da licitante com o objeto contratado, nos termos da legislação vigente.

8.7.1.5. A contratada deverá garantir que os materiais utilizados são adequados à finalidade, resistentes às condições de uso e compatíveis com os padrões institucionais exigidos, especialmente quanto à durabilidade, legibilidade e acabamento.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Metodologia de Dimensionamento

9.1.1. A definição dos quantitativos desta contratação fundamenta-se na consolidação das demandas do Departamento de Atenção Básica (DAB), considerando a necessidade de padronização da sinalização e identificação visual das unidades da rede municipal de saúde.

9.1.2. O cálculo considera o levantamento das unidades existentes, bem como aquelas em fase de implantação, totalizando 20 (vinte) unidades a serem contempladas, incluindo Unidades Básicas de Saúde, Academias da Saúde, Centro de Especialidade Odontológica e demais estruturas vinculadas.

9.2. O dimensionamento leva em conta:

9.2.1. A necessidade de instalação de placas externas (fachadas) para identificação institucional de todas as unidades contempladas;

- 9.2.2.** A necessidade de quadros informativos de horário de funcionamento e serviços ofertados em cada unidade, garantindo transparência e acesso à informação;
- 9.2.3.** A necessidade de sinalização interna funcional, considerando a média estimada de ambientes por unidade, incluindo recepção, consultórios, farmácia, vacinação, sanitários e setores administrativos;
- 9.2.4.** A previsão de substituições futuras, adequações estruturais e atendimento às novas unidades em fase de implantação;
- 9.2.5.** A adoção de margem técnica de segurança, visando garantir a continuidade da padronização visual e evitar a necessidade de novas contratações em curto prazo.

9.3. Quadro Consolidado de Itens e Quantitativos

9.3.1. Para fins de transparência e julgamento objetivo, os itens são apresentados de forma consolidada, com base na DFD nº 1599/2026 e demais documentos constantes dos autos, totalizando a demanda estimada:

Item	Descrição Detalhada do Objeto (Sinalização Visual)	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	PLACA EXTERNA/FACHADA (PRINCIPAL): Confeção e instalação de placa em lona com estrutura metálica em metalon ou ACM, impressão digital UV de alta resolução. Medidas: 3,00m (largura) x 1,20m (altura). Conforme Manual de Identidade Visual do SUS.	SÇ	20	1.038,82	20.776,40
02	PLACAS INTERNAS DE SINALIZAÇÃO FUNCIONAL: Identificação de salas/consultórios. Confeção e instalação em PVC 2mm com adesivo vinil fosco. Medidas: 30cm (largura) x 15cm (altura). Fixação com fita dupla face de alta resistência.	SÇ	900	142,00	127.800,00
03	QUADRO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Placa em PVC 3mm ou acrílico, com bolsas para inserção de papel. Medidas: 60cm (largura) x 40cm (altura). Incluindo arte final e instalação.	SÇ	20	596,30	11.926,00
04	QUADRO DE SERVIÇOS OFERTADOS: Placa rígida em PVC 3mm, layout colorido de alta durabilidade. Medidas: 80cm (largura) x 60cm (altura). Conforme padrão da rede municipal.	SÇ	20	570,45	11.409,00
TOTAL VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					171.911,40

9.3.2. A estimativa apresentada possui caráter referencial e deverá ser confirmada pela pesquisa formal de preços, com observância dos parâmetros previstos na legislação aplicável e na regulamentação municipal, especialmente quanto à utilização de preços públicos, contratações similares, pesquisa direta com fornecedores e demais fontes admitidas.

9.4. Justificativa de Itens específicos e reserva técnica:

- 9.4.1.** Placas externas (fachadas): o quantitativo de 20 (vinte) unidades justifica-se pela necessidade de identificação institucional de todas as unidades contempladas, incluindo aquelas em fase de implantação;
- 9.4.2.** Quadros de horário de funcionamento: o quantitativo de 20 (vinte) unidades visa garantir ampla divulgação das informações de funcionamento das unidades, promovendo transparência administrativa;
- 9.4.3.** Quadros de serviços ofertados: o quantitativo de 20 (vinte) unidades assegura a divulgação clara e padronizada dos serviços disponíveis à população;
- 9.4.4.** Placas internas de sinalização funcional: o quantitativo de 900 (novecentas) unidades foi dimensionado com base na média estimada de 45 (quarenta e cinco) placas por unidade, considerando a

diversidade de ambientes e a necessidade de organização dos fluxos internos.

9.5. A presente memória de cálculo foi elaborada com base nos quantitativos constantes na DFD nº 1599/2026, no levantamento das unidades atendidas e na necessidade de padronização da comunicação visual, assegurando a rastreabilidade, transparência e justificativa técnica da estimativa.

9.6. Os itens foram estruturados de forma individualizada, considerando a independência técnica entre os serviços, permitindo maior competitividade no certame e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disponibilidade orçamentária devidamente registrada nos autos.

10.2. Para atendimento da presente contratação foi indicada a Ficha Orçamentária nº 551, referente à despesa com Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Atenção Básica, destinada ao custeio das atividades do Departamento de Atenção Básica (DAB), conforme informado no despacho (ID 2433525) constante nos autos.

10.3. A dotação orçamentária indicada é compatível com o objeto da contratação, considerando tratar-se de prestação de serviços de confecção e instalação de placas de sinalização e identificação, enquadrando-se na natureza de despesa com serviços de terceiros.

10.4. A presente contratação observará os princípios do planejamento, responsabilidade fiscal e adequação orçamentária, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estando condicionada à existência de disponibilidade financeira para sua execução.

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS

10	Fundo Municipal de Saúde
02	PODER EXECUTIVO
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
020703	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
10	Saúde
10 301	Atenção Básica
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PA
10 301 0002 2101 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Si
551 OR	3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIC
0.1.600 0	010.100 Atenção Primária - Principal

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento solicitado pela comissão de contratação;

11.1.2. Não celebrar o contrato ou não assinar a Ata de Registro de Preços quando convocado dentro do prazo de validade do certame;

11.1.3. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo licitatório;

11.1.5. Fraudar o processo licitatório ou os atos que o compõem;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar documentos ou comprovações técnicas inverídicas ou incompatíveis com o objeto contratado;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Com fulcro no **Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2. Com fulcro no **Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conforme disposto no **§ 5º do Art. 156** da referida Lei.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos causados à Administração;

e) a eventual implementação de programa de integridade pela contratada.

11.4. A multa será aplicada no percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou empenho, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato;

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será assegurado o direito de defesa ao interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada em decorrência das infrações relacionadas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo.

11.8. A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada em decorrência das infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, conforme disposto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou em aceitar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando o fornecedor às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar, bem como pedido de reconsideração no mesmo prazo para a sanção de inidoneidade.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12. DOS RECURSOS

12.1. Os interessados poderão recorrer do resultado do certame, em relação ao julgamento das propostas e à habilitação, apresentando suas razões devidamente fundamentadas por meio do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou do registro em ata da sessão pública, ficando assegurado o direito de vista dos autos.

12.2. O recurso limitar-se-á às questões relativas à habilitação dos licitantes e à conformidade das propostas com as especificações do objeto, considerando exclusivamente os documentos e elementos já apresentados no certame, sendo vedada a inclusão de novos documentos que deveriam constar originalmente na proposta ou na habilitação, salvo para saneamento de erros formais.

12.3. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos legais, nem aqueles apresentados por meio diverso do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

13. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, bem como em conformidade com o Decreto Federal nº 11.462/2023 e o Decreto Municipal nº 1.385/2024, que regulamentam o referido sistema no âmbito da Administração Pública.

13.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza continuada e sob demanda dos serviços de confecção e instalação de placas de sinalização e identificação, cuja execução ocorrerá de forma parcelada conforme as necessidades das unidades da Secretaria Municipal de Saúde.

13.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

13.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderão ser celebrados contratos ou emitidas ordens de serviço, conforme a necessidade da Administração, observadas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na própria Ata.

13.4. Validade da Ata de Registro de Preços

13.4.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação vigente.

13.4.2. Eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços dependerá da demonstração de vantajosidade e observará a regulamentação aplicável, mantidas as condições do registro, vedado acréscimo dos quantitativos inicialmente registrados, salvo hipótese expressamente admitida na norma regulamentadora competente.

13.4.3. A prorrogação deverá ser formalizada mediante termo aditivo, assegurando a continuidade do registro de preços nas condições estabelecidas.

13.4.4. A Ata de Registro de Preços e seus eventuais termos de prorrogação deverão ser publicados no PNCP e no Diário Oficial do Município, garantindo transparência e publicidade.

13.5. Critérios de Adesão à Ata por Órgãos Não Participantes

13.5.1. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes observará as seguintes condições:

- a) Justificativa formal demonstrando a vantajosidade da adesão;
- b) Comprovação da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Consulta e anuência prévia do órgão gerenciador;
- d) Aceitação do fornecedor registrado, desde que não prejudique as obrigações assumidas;
- e) Observância das disposições do §2º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Limite de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados por órgão não participante;
- g) Limite global das adesões de até o dobro do quantitativo de cada item registrado.

13.6. Disposições Gerais

13.6.1. As contratações decorrentes da Ata deverão observar as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente.

13.6.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser revista ou cancelada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos decretos regulamentadores, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento das propostas e habilitação, e não havendo interposição de recursos ou após o seu julgamento, o processo será encaminhado à autoridade competente para homologação do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A homologação constitui ato de controle da legalidade e conveniência do procedimento licitatório, sendo condição para a formalização da Ata de Registro de Preços e demais atos decorrentes.

15. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação.

15.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período, incidindo exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante poderá utilizar, para fins de cálculo provisório, a última variação conhecida, promovendo a compensação de eventuais diferenças quando da divulgação do índice definitivo.

15.5. Nas aferições finais, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo divulgado pelos órgãos oficiais competentes.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, outro índice oficial que venha a ser definido pela legislação vigente.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão pactuar novo índice oficial por meio de termo aditivo, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.8. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.9. A revisão de preços, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, bem como em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, nos termos da legislação vigente.

15.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os valores registrados poderão ser revistos mediante comprovação de fato superveniente que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro, observando-se o devido processo administrativo.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não previstas neste Termo de Referência serão decididos pela Administração, conforme as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais normas e regulamentos aplicáveis no âmbito federal, estadual e municipal.

16.2. Subsidiariamente, serão aplicados os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, especialmente aquelas previstas no Código Civil, no que couber.

17. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. A Administração reserva-se o direito de revogar ou anular o presente procedimento, no todo ou em parte, por razões de interesse público, ilegalidade ou vício, de ofício ou mediante provocação, devidamente motivado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

17.2. A participação no presente processo licitatório implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste **Termo de Referência** e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

17.3. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Termo de Referência, deverão ser solicitadas ao Município de Ji-Paraná, setor da Coordenação Geral Administrativa, pelo e-mail: **semusajipa@gmail.com** ou pelo telefone **(69) 3416-4052**.

17.4. O presente documento estabelece os parâmetros necessários à adequada execução contratual, com foco na eficiência, economicidade, padronização visual e melhoria da sinalização funcional das unidades da Secretaria Municipal de Saúde.

17.5. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**, **Decreto Municipal nº 1.384/2024** e do **Decreto Municipal nº 1.385/2024**, assegurando que todos os procedimentos, requisitos e critérios aqui estabelecidos estejam em total alinhamento com a legislação vigente e as melhores práticas de contratação pública.

18. DA APROVAÇÃO

18.1. O **Ordenador de Despesas, Secretário Municipal de Saúde**, Sr. Cristiano Ramos Pereira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando que o presente Termo de Referência foi elaborado por equipe técnica competente e atende às necessidades da Administração Pública, resolve **APROVAR o presente Termo de Referência**, visando à realização de **procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços**, para a **contratação de empresa especializada na confecção, fornecimento e instalação de placas de sinalização e identificação**, destinadas ao atendimento das unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO.

18.2. Assinaturas

Ji-Paraná, 08 de junho de 2026.

Aprovado por:

(Assinado eletronicamente)
CRISTIANO RAMOS PEREIRA
Secretário Municipal De Saúde
Decreto nº 0038/2025

Revisado por:

(Assinado eletronicamente)
RENATO SILVA
Enfermeiro - 30H -SAU
Matrícula nº 14642

De acordo:

(Assinado eletronicamente)
ALINE LARA DE CARVALHO
Diretora do Dep. de Atenção Básica
Decreto nº 226/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **RENATO SILVA, ENFERMEIRO - 30H - SAU**, em 08/06/2026 às 11:36, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 08/06/2026 às 11:56, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ALINE LARA DE CARVALHO, Diretora do Dep. de Atenção Básica**, em 08/06/2026 às 18:22, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2744709** e o código verificador **9342CD58**.

Referência: [Processo nº 1-3070/2026](#).

Docto ID: 2744709 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINARE

Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Requisitante	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA - DAB
Serviço	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

INFORMAÇÕES BÁSICAS PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo 1-3070/2026

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

1.1. Constitui objeto da presente contratação o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção e instalação de placas externas, fachadas, placas internas de sinalização funcional, quadros de horário de funcionamento e quadros de serviços ofertados, destinadas às unidades da rede municipal de saúde e apoio social do Município de Ji-Paraná/RO, incluindo, quando necessário, adequação de layout/arte final conforme ID:2454933, retirada de placas existentes e recomposição básica das superfícies afetadas, conforme detalhamento a ser estabelecido no Termo de Referência.

1.1.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando tratar-se de serviço comum, com demanda estimada e execução parcelada, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

"XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto"

1.2. A necessidade desta contratação fundamenta-se na ausência e/ou inadequação de identificação visual padronizada nas unidades da rede municipal de saúde, o que compromete a correta localização das unidades pelos usuários, a organização dos fluxos internos e a transparência das informações prestadas à população.

1.3. A inexistência de placas externas dificulta o acesso da população aos serviços públicos, enquanto a ausência de sinalização interna compromete a orientação dos usuários e a eficiência do atendimento nas unidades.

1.4. A estrutura da rede municipal de saúde compreende atualmente 14 (quatorze) Unidades Básicas de Saúde (UBS), 02 (duas) Academias da Saúde, 01 (um) Centro de Especialidade Odontológica e 01 (um) Núcleo de Apoio ao Programa Bolsa Família, além de 02 (duas) novas UBS em fase de conclusão (Rondon e Copas Verdes), que igualmente demandarão a instalação das referidas sinalizações para início de funcionamento.

1.5. Nesse contexto, a contratação visa garantir a padronização da identidade visual e da sinalização funcional em todas as unidades, promovendo melhor organização dos serviços e acesso da população.

1.6. Sob a perspectiva técnica e institucional, a padronização das placas deverá observar o Manual de Identidade Visual do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando o uso das cores institucionais, logomarcas oficiais e padrões visuais adequados.

1.7. A adoção desses critérios contribui para o fortalecimento da identidade institucional, além de garantir maior clareza, legibilidade e acessibilidade das informações disponibilizadas aos usuários.

1.8. Do ponto de vista da eficiência e economicidade, a centralização da contratação por meio do Sistema de Registro de Preços permite a consolidação da demanda estimada, possibilita execução parcelada conforme necessidade, reduz custos administrativos e assegura padronização dos serviços em toda a rede municipal, independentemente da unidade onde for executado. Tal medida encontra respaldo nos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

"Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável..."

1.9. Em suma, a contratação mostra-se necessária e estratégica para o fortalecimento da organização estrutural das unidades de saúde, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade do atendimento, maior transparência das informações prestadas à população, melhor orientação dos usuários e fortalecimento da identidade institucional do Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de Ji-Paraná/RO.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

2.1. A DFD - Formalização de Demanda nº 1599/2026 (ID 2429994), elaborada pelo Departamento de Atenção Básica - DAB, tem por objeto a contratação de serviço especializado para confecção e instalação de placas externas, fachadas, placas internas de sinalização funcional e placas informativas contendo o quadro de horários de funcionamento e os serviços ofertados, destinadas às unidades da rede municipal de saúde e apoio social do Município de Ji-Paraná/RO.

2.2. A presente demanda encontra-se alinhada ao planejamento administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, estando vinculada ao Projeto/Atividade: 2101 - Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde, no âmbito do Programa 0002 - Acolhe Ji-Paraná: Amor, Respeito e Saúde para Todos, conforme previsto no Documento de Formalização de Demanda.

2.3. Tal previsão decorre do levantamento das necessidades das unidades de saúde do município, o qual identificou a ausência e/ou inadequação de sinalização visual padronizada, comprometendo a identificação institucional, a orientação dos usuários e a organização dos fluxos internos de atendimento.

2.4. A contratação, portanto, está diretamente alinhada às diretrizes de fortalecimento da atenção básica, à melhoria da infraestrutura das unidades e à qualificação dos serviços prestados à população, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. . A contratação deverá contemplar serviço especializado para confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional, observando padrões de qualidade, durabilidade, legibilidade e conformidade com o Manual de Identidade Visual do SUS, conforme detalhamento a ser estabelecido no Termo de Referência.

3.2. As planilhas anexas contêm a relação completa dos itens, compreendendo discriminação, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário e valor total, totalizando R\$ 171.911,40 (cento e setenta e um mil, novecentos e onze reais e quarenta centavos), incluindo descrição, unidades, quantidades, valores unitários e valores totais para balizar o processo:

I. DFD - Formalização de Demanda nº 1599/2026 (ID 2429994);

II. **Planilha de detalhamento dos itens e quantitativos constantes nos autos.**

3.3. Os materiais a serem utilizados deverão apresentar qualidade adequada, resistência às condições de uso e conformidade com os padrões institucionais, assegurando durabilidade e adequada identificação visual.

3.3.1. Os materiais utilizados na confecção das placas deverão atender aos requisitos técnicos mínimos, incluindo resistência mecânica, durabilidade, legibilidade e acabamento adequado, bem como conformidade com os padrões institucionais.

3.4. A empresa que executar os serviços deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o cumprimento, de forma satisfatória, da execução de objeto compatível ou de maior complexidade do que o especificado no Termo de Referência, com indicação clara dos serviços executados dentro do prazo estabelecido, ressaltando suas especificações e qualidade.

3.5. A documentação apresentada deverá conter informações suficientes para possibilitar o contato com a empresa emitente do atestado para fins de verificação.

3.6. Descrição Técnica mínima dos serviços

3.6.1. Os materiais utilizados deverão apresentar resistência adequada às condições de uso, inclusive exposição ao sol, chuva e demais intempéries, assegurando integridade estrutural, fixação segura e durabilidade.

3.6.2. Todos os itens deverão ser novos, sem uso prévio, devidamente acabados, em conformidade com os layouts aprovados, sem defeitos de fabricação ou instalação, observando os padrões estabelecidos pela Administração.

3.7. Garantia e Suporte Técnico:

3.7.1. Garantia mínima compatível com a natureza do serviço executado.

3.7.2. Suporte técnico quando necessário;

3.7.3. A contratada deverá disponibilizar assistência técnica, sempre que necessário, para correção, substituição ou ajustes decorrentes de falhas na execução dos serviços.

3.8. Possibilidade de Subcontratação

3.8.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto.

3.8.2. A subcontratação parcial poderá ser permitida para serviços acessórios ou de apoio técnico, desde que previamente autorizada pela Administração e que não descaracterize o objeto principal da contratação.

3.8.3. Na hipótese de subcontratação parcial autorizada, a contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela qualidade, integridade, execução, instalação e conformidade técnica dos serviços prestados, bem como pelo fiel cumprimento dos prazos e condições estabelecidas.

3.8.4. A vedação à subcontratação total preserva a responsabilidade integral da contratada.

3.9. Prazo, Local e Condições de Execução e Recebimento dos Serviços

3.9.1. Do Prazo

3.9.1.1. O prazo para entrega dos equipamentos (cadeiras de rodas e de banho) será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, devendo a entrega ocorrer nas dependências do Almoxarifado Central da SEMUSA ou locais indicados no Termo de Referência.

3.9.1.2. A execução dos serviços deverá ser iniciada apenas após o recebimento formal da Ordem de Serviço, observando as necessidades e cronogramas definidos pela Administração.

3.9.1.3. O não cumprimento do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato.

3.10.2 Do Local de Execução

3.10.2.1. A entrega dos equipamentos (cadeiras de rodas e de banho) deverá ser efetuada nos endereços das sedes administrativas dos departamentos solicitantes, conforme discriminado abaixo:

- **Departamento de Atenção Básica (DAB):** Rua Adoniran Barbosa, nº 439, Bairro Casa Preta, CEP 76.907-610, Ji-Paraná/RO.
- **Departamento de Média e Alta Complexidade (DMAC):** Av. Manoel Franco, nº 1150, Bairro Centro, CEP 76.900-064, Ji-Paraná/RO (Sede da SEMUSA), ou;
- **Almoxarifado:** Rua Teresina nº497 Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO CEP: 76908-326

Observação: As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em horário de expediente administrativo (07h30 às 13h30), mediante agendamento prévio com o setor de almoxarifado.

3.10.2.2. A execução deverá ocorrer mediante apresentação da Ordem de Serviço emitida pela Administração.

3.10.2.3. Todas as despesas relativas ao transporte, deslocamento, materiais, equipamentos, mão de obra e demais encargos decorrentes da execução correrão por conta da contratada.

3.11. Do Recebimento e Condições da Execução:

3.11.1. O recebimento dos serviços será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), por meio de Comissão de Recebimento formalmente instituída.

3.11.2. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a execução de serviços com materiais inadequados, defeituosos, fora do padrão estabelecido ou em desacordo com as especificações técnicas, ficando a

Administração autorizada a rejeitar imediatamente, no todo ou em parte, os serviços que apresentem tais irregularidades.

3.11.3. Os serviços deverão estar em plena conformidade com as especificações técnicas e layouts aprovados. Qualquer divergência implicará na rejeição total ou parcial da execução.

3.11.4. Constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá providenciar a correção ou substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da notificação formal, sem qualquer ônus adicional à Administração.

3.11.8. Todos os custos com transporte, instalação, materiais, testes, verificações e demais atividades necessárias para assegurar a conformidade técnica dos serviços serão de responsabilidade da contratada.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

4.1. Metodologia de Dimensionamento

4.1.1. A definição dos quantitativos desta contratação fundamenta-se no levantamento das demandas do Departamento de Atenção Básica (DAB), considerando a necessidade de padronização da identificação visual e da sinalização funcional das unidades da rede municipal de saúde e apoio social do Município de Ji-Paraná/RO.

4.1.2. O cálculo considera a relação das unidades contempladas, composta por 14 (quatorze) Unidades Básicas de Saúde, 02 (duas) Academias da Saúde, 01 (um) Centro de Especialidade Odontológica, 01 (um) Núcleo de Apoio ao Programa Bolsa Família e 02 (duas) UBS em fase de conclusão, totalizando 20 (vinte) unidades.

4.2. O dimensionamento leva em conta:

4.2.1. A necessidade de identificação externa padronizada de todas as unidades contempladas, com instalação de placa externa/fachada em cada local indicado pela Administração.

4.2.2. A necessidade de disponibilização de quadro de horário de funcionamento e quadro de serviços ofertados em cada unidade, de forma a assegurar publicidade, transparência e adequada orientação aos usuários.

4.2.3. A necessidade de sinalização interna funcional das unidades, abrangendo ambientes como recepção, consultórios, farmácia, vacinação, administração, sanitários e demais dependências, considerando a diversidade estrutural e operacional das unidades contempladas.

4.2.4. Os quantitativos foram definidos com base na quantidade de unidades a serem atendidas, acrescidos da estimativa média de placas internas por unidade, considerando-se a necessidade de padronização visual, orientação dos fluxos internos e manutenção da funcionalidade dos espaços.

4.3. Quadro Consolidado de Itens e Quantitativos

4.3.1. Para fins de transparência e julgamento objetivo, os itens são apresentados de forma consolidada, conforme cotação ID 2454824 e DFD - Formalização de Demanda nº 1599/2026 (ID 2429994) e detalhamento complementar constante dos autos, totalizando a demanda:

Item	Descrição Detalhada	Unid.	Qtd.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Serviço de confecção de placa externa principal de identificação da UBS (fachada)	SÇ	20	1.038,82	20.776,40
02	Serviço de confecção de placas internas de sinalização funcional	SÇ	900	142,00	127.800,00
03	Serviço de confecção de placa contendo quadro de horários de funcionamento	SÇ	20	596,30	11.926,00
04	Serviço de confecção de placa contendo quadro de serviços ofertados	SÇ	20	570,45	11.409,00
TOTAL	---	---	---	---	171.911,40

4.3.2. Para fins de transparência, padronização técnica e julgamento objetivo das propostas, apresenta-se o Quadro Consolidado de Itens e Quantitativos, elaborado a partir da Formalização de Demanda nº 1599/2026 (ID 2429994), do detalhamento por unidade e das evidências de levantamento de mercado constantes nos autos.

4.3.2.1. As descrições dos itens foram revisadas e adequadas para contemplar especificações técnicas mínimas, dimensões referenciais e padrões institucionais, de modo a garantir maior clareza, precisão e conformidade técnica na instrução do processo licitatório.

4.3.2.2. Os quantitativos apresentados correspondem à soma das necessidades estimadas para atendimento das unidades contempladas, considerando a padronização visual e a organização dos ambientes internos.

4.3.2.3. Os valores unitários adotados foram obtidos por meio de pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal, conforme comprovante de cotação juntado aos autos ID:2454824, refletindo valores praticados pela Administração Pública para serviços similares.

4.3.2.4. As especificações técnicas mínimas possuem caráter referencial, assegurando compatibilidade com o Manual de Identidade Visual do SUS e com os padrões institucionais adotados.

4.3.3. As descrições técnicas, unidades de medida e quantitativos constantes no quadro consolidado foram revisados e ajustados, de modo a assegurar plena conformidade com a Formalização de Demanda, o detalhamento por unidade e os demais documentos constantes dos autos, garantindo maior clareza, precisão e adequado alinhamento técnico na instrução do processo licitatório.

4.4. Justificativa de Itens específicos e reserva técnica:

4.4.1. Placas externas/fachadas: o quantitativo de 20 (vinte) unidades justifica-se pela necessidade de identificação institucional individualizada de cada uma das unidades contempladas, incluindo aquelas em fase de conclusão, de forma a assegurar padronização visual e fácil localização pelos usuários.

4.4.2. Quadros de horário de funcionamento: o quantitativo de 20 (vinte) unidades justifica-se pela necessidade de ampla publicidade das informações relativas ao funcionamento de cada unidade, contribuindo para a transparência administrativa e melhor orientação da população.

4.4.3. Quadros de serviços ofertados: o quantitativo de 20 (vinte) unidades justifica-se pela necessidade de divulgação clara e padronizada dos serviços disponibilizados em cada unidade, fortalecendo a comunicação institucional e o acesso à informação.

4.4.4. Placas internas de sinalização funcional: o quantitativo de 900 (novecentas) unidades justifica-se pela necessidade de identificação de ambientes internos diversos, considerando a média estimada de 45 (quarenta e cinco) placas por unidade, abrangendo salas de atendimento, recepção, farmácia, vacinação,

banheiros, setores administrativos e demais dependências, dimensionadas para suportar a organização interna e a orientação dos fluxos dos usuários e servidores.

4.5. A presente memória de cálculo foi elaborada com base nos quantitativos descritos na DFD - Formalização de Demanda nº 1599/2026 (ID 2429994), no detalhamento complementar por unidade encaminhado pelo setor requisitante e nas evidências de levantamento de mercado juntadas aos autos, de modo a garantir a transparência, rastreabilidade e justificativa técnica da estimativa.

4.6. O agrupamento dos itens em uma única contratação decorre da interdependência técnica entre os serviços de confecção e instalação, da necessidade de padronização visual das unidades, da compatibilidade entre materiais, layout e identidade institucional, bem como da racionalização logística da execução, possibilitando maior economia de escala e eficiência administrativa.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. O presente levantamento de mercado tem como objetivo subsidiar a contratação de serviço especializado para confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional, garantindo padronização visual, durabilidade dos materiais e adequada identificação das unidades de saúde. Consideraram-se dois fatores:

5.1.1 .Pesquisas realizadas junto ao Painel de Preços do Governo Federal e levantamento de mercado com fornecedores do ramo de comunicação visual, conforme documentos juntados aos autos.

5.2 Análise das Alternativas Possíveis

5.2.1. O levantamento de mercado identificou ampla oferta de empresas especializadas na confecção e instalação de placas de comunicação visual, aptas a atender à demanda da Administração, com soluções padronizadas e compatíveis com as exigências institucionais. Verificou-se que o mercado nacional apresenta competitividade suficiente, com fornecedores capazes de garantir qualidade, prazo e suporte técnico.

5.2.2. Solução I: Aquisição de placas prontas sem instalação: Esta alternativa foi descartada, pois não contempla a necessidade de adequação técnica no local, podendo gerar incompatibilidade com as estruturas físicas das unidades, além de transferir à Administração a responsabilidade pela instalação e eventuais ajustes.

5.2.3. Solução II: Contratações fragmentadas por unidade: Esta alternativa foi considerada inadequada, uma vez que resultaria em múltiplos processos de contratação, aumento de custos administrativos, perda de padronização visual e dificuldade de controle e fiscalização dos serviços.

5.2.4. Solução III: Contratação de empresa especializada para confecção e instalação por meio de Registro de Preços: Identificada como a solução mais vantajosa, pois permite padronização dos serviços, execução parcelada conforme demanda, redução de custos administrativos e melhor gestão contratual.

5.4. Solução escolhida:

5.4.1. Diante do levantamento de mercado, conclui-se que a solução III, contratação de empresa especializada para confecção e instalação das placas, é a mais adequada.

5.4.2. A escolha está fundamentada na necessidade de padronização da identidade visual, na execução técnica adequada e na garantia de qualidade e durabilidade dos serviços.

5.4.3. A contratação por meio de Registro de Preços possibilita maior eficiência administrativa, redução de custos operacionais e melhor planejamento da execução dos serviços.

5.5. Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida

5.5.1. A escolha pela contratação de empresa especializada fundamenta-se nos seguintes pontos:

- I. **Padronização Institucional:** A execução por uma única empresa garante uniformidade visual em todas as unidades, conforme o Manual de Identidade Visual do SUS.
- II. **Economia de Escala:** A centralização da demanda em um único procedimento possibilita a obtenção de preços mais vantajosos, conforme demonstrado na estimativa de R\$ 171.911,40.
- III. **Eficiência Operacional:** A contratação integrada de confecção e instalação reduz retrabalho, assegura melhor execução e evita inconsistências técnicas entre materiais e locais de instalação.

5.6. Diante do levantamento realizado, conclui-se que a contratação de serviço especializado por meio do Sistema de Registro de Preços é a solução que melhor atende ao interesse público, conforme evidências de mercado e cotação realizada no Painel de Preços.

5.6.1. A escolha pelo Registro de Preços fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, sendo indicada para contratações com demanda estimada e execução parcelada. No caso específico das placas de sinalização, o SRP apresenta as seguintes vantagens:

5.6.1.1. Consolida a demanda estimada, possibilitando maior competitividade e obtenção de propostas mais vantajosas.

5.6.1.2. Permite execução parcelada conforme necessidade das unidades, especialmente considerando unidades em funcionamento e em fase de conclusão.

5.6.1.3. Garante maior agilidade na execução dos serviços, mediante emissão de Ordens de Serviço conforme necessidade da Administração.

5.6.2. Dessa forma, a solução adotada assegura eficiência administrativa, economicidade, padronização visual e continuidade na melhoria da estrutura das unidades de saúde do Município de Ji-Paraná/RO.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

6.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços, considerando a necessidade das unidades da rede municipal de saúde, para atendimento estimado, no âmbito de contratação por Sistema de Registro de Preços.

6.1.1. O investimento visa assegurar a adequada identificação institucional das unidades de saúde, a padronização visual e a melhoria na orientação dos usuários, contribuindo para a eficiência dos serviços públicos prestados.

6.2. Metodologia de Cálculo e Referenciais

6.2.1. A estimativa considera a necessidade de atendimento das unidades de saúde, garantindo execução parcelada dos serviços e formação de preços compatíveis com o mercado, com base nos seguintes documentos:

- I. Formalização de Demanda (DFD): DFD nº 1599/2026 (ID 2429994);
- II. Pesquisa de Preços: Consulta ao Painel de Preços do Governo Federal e levantamento de mercado do ramo de comunicação visual, conforme comprovante de cotação juntado aos autos.

6.3. Quadro Resumo de Valores

Item	Descrição Detalhada	Unid.	Qtd.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Serviço de confecção de placa externa principal de identificação da UBS (fachada)	SÇ	20	1.038,82	20.776,40
02	Serviço de confecção de placas internas de sinalização funcional	SÇ	900	142,00	127.800,00
03	Serviço de confecção de placa contendo quadro de horários de funcionamento	SÇ	20	596,30	11.926,00
04	Serviço de confecção de placa contendo quadro de serviços ofertados	SÇ	20	570,45	11.409,00
TOTAL	---	---	---	---	171.911,40

6.3.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 171.911,40 (cento e setenta e um mil, novecentos e onze reais e quarenta centavos), correspondente ao atendimento das unidades contempladas no levantamento da demanda.

6.3.2. Na formação dos preços referenciais observou-se a média dos valores obtidos nas fontes consultadas, com base no Painel de Preços e orçamentos de mercado, desconsiderando valores inexecutáveis ou excessivamente elevados, garantindo maior fidedignidade à estimativa.

6.4. Conclusão da Estimativa

6.4.1. O valor estimado mostra-se compatível com os preços praticados no mercado para serviços de comunicação visual e sinalização institucional, conforme pesquisa realizada, servindo como parâmetro para julgamento das propostas no procedimento licitatório.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório único, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada na confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional, com execução parcelada conforme demanda das unidades da rede municipal de saúde.

7.2. Especificidade Técnica e Operacional

7.2.1. A contratação foca em serviços de comunicação visual que garantam durabilidade, legibilidade e padronização das informações institucionais. A solução prevê o fornecimento e instalação de placas confeccionadas em materiais resistentes às condições climáticas, com acabamento adequado, fixação segura e conformidade com os padrões estabelecidos pelo Manual de Identidade Visual do SUS, assegurando a correta identificação das unidades e orientação dos usuários.

7.3. Logística de Execução via Registro de Preços

7.3.1. O modelo adotado permite a execução parcelada e sob demanda, adequando-se à necessidade das unidades de saúde, inclusive para substituição de placas danificadas, implantação em novas unidades ou adequações estruturais.

7.3.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 meses, permitindo a emissão de Ordens de Serviço conforme necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral do quantitativo estimado.

7.4. Requisitos de Garantia e Suporte Técnico

7.4.1. A solução contempla a garantia de qualidade dos materiais e serviços executados, incluindo:

Garantia de Execução: Para os serviços prestados, será exigida garantia mínima quanto à fixação, acabamento e durabilidade das placas, assegurando resistência ao tempo e ao uso contínuo.

I. **Assistência e Suporte:** A contratada deverá prestar suporte técnico sempre que necessário, especialmente em casos de ajustes, reposições ou correções decorrentes de falhas na execução.

II. **Celeridade na Execução:** Os prazos para execução dos serviços deverão ser observados rigorosamente, a fim de evitar prejuízos à identificação e funcionamento das unidades de saúde.

7.5. A implementação da solução assegura padronização da sinalização institucional, melhoria na orientação dos usuários, valorização da identidade visual das unidades e maior eficiência na gestão dos serviços públicos de saúde.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas deverão observar, sempre que possível, o parcelamento do objeto, com o objetivo de ampliar a competitividade entre os licitantes, favorecer a participação de um maior número de fornecedores e possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8.2. No presente caso, considerando que a licitação será realizada em lote único, não se verifica a viabilidade técnica do parcelamento do objeto, uma vez que os serviços de confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional demandam padronização visual, uniformidade de materiais e compatibilidade entre os elementos executados nas diversas unidades atendidas.

8.3. Todavia, a contratação será formalizada por meio do Sistema de Registro de Preços, o que possibilita o parcelamento da execução da contratação, permitindo que os serviços sejam demandados gradativamente, de acordo com as necessidades da Administração e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

8.4. O parcelamento da execução mostra-se tecnicamente vantajoso, pois confere maior flexibilidade ao planejamento administrativo, possibilitando a priorização das unidades a serem atendidas conforme critérios de necessidade, sem comprometer a padronização dos materiais, da identidade visual e da qualidade dos serviços prestados.

8.5. Assim, a licitação deverá ser realizada em lote único, contemplando todos os serviços de confecção e instalação previstos, assegurando a uniformidade estética e funcional das placas, a responsabilidade contratual de um único fornecedor e maior eficiência na gestão, fiscalização e controle da execução contratual.

8.6. A execução da contratação ocorrerá de forma parcelada, mediante a emissão de ordens de serviço, conforme a demanda da Administração, observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual correspondente.

8.7. Dessa forma, conclui-se que a solução adotada atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, padronização e interesse público previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS
--

9.1. A contratação unificada dos serviços de confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional, consolidando a demanda das unidades da rede municipal de saúde, promove a otimização dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. Os resultados pretendidos sob o aspecto econômico incluem:

9.2.1. Redução de Custos Administrativos: A centralização da contratação em um único procedimento licitatório reduz a necessidade de múltiplos processos, diminuindo custos operacionais, administrativos e de gestão contratual.

9.2.2. Padronização e Redução de Retrabalho: A adoção de um único fornecedor assegura uniformidade nos materiais, layout e execução dos serviços, evitando gastos adicionais com correções, substituições e adequações decorrentes de contratações fragmentadas.

9.2.3. Economia de Escala: A concentração da demanda em um único processo licitatório, conforme o valor estimado de R\$ 171.911,40, possibilita a obtenção de preços unitários mais vantajosos, ampliando o poder de negociação da Administração.

9.2.4. Aproveitamento de Recursos Materiais e Humanos: A padronização da sinalização contribui para uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis:

I. **Otimização das Rotinas Administrativas:** A adequada identificação dos ambientes internos facilita a organização dos fluxos de atendimento, reduzindo o tempo de orientação aos usuários e melhorando a produtividade das equipes.

II. **Melhoria na Gestão dos Espaços:** A sinalização padronizada permite melhor utilização dos ambientes físicos, contribuindo para a organização interna das unidades e facilitando o acesso da população aos serviços ofertados.

9.3. No que tange ao atendimento ao usuário, a solução proporciona melhoria significativa na orientação e acessibilidade, permitindo que os cidadãos identifiquem com clareza os serviços disponíveis, horários de funcionamento e localização dos setores dentro das unidades de saúde, reduzindo filas, deslocamentos desnecessários e demandas repetitivas de informação.

9.4. Ao implementar a padronização da comunicação visual, a SEMUSA fortalece a identidade institucional das unidades, alinhando-se aos princípios da transparência, publicidade e eficiência previstos na legislação, além de promover um ambiente mais organizado, acessível e acolhedor à população.

9.5. Por fim, a execução dos serviços de forma planejada e contínua assegura maior controle administrativo e rastreabilidade das ações, permitindo à gestão acompanhar a evolução da infraestrutura das unidades, garantindo transparência na aplicação dos recursos públicos e melhoria contínua dos serviços prestados.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

10.1. Com o objetivo de garantir a correta execução contratual e a qualidade dos serviços de confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional, os departamentos requisitantes adotarão providências específicas antes da assinatura da Ata de Registro de Preços ou do contrato. Essas medidas visam a conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a eficiência operacional das unidades beneficiadas.

10.2. Designação e capacitação da fiscalização, em observância ao Art. 117 da Lei nº 14.133:

"Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição."

10.3. O fiscal ficará responsável por:

10.3.1. A conferência técnica dos serviços executados, verificando se as placas confeccionadas atendem às especificações constantes no Termo de Referência, quanto às dimensões, materiais, acabamento, legibilidade e padrão visual institucional.

10.3.2. A fiscalização dos prazos de execução e instalação, assegurando o cumprimento dos cronogramas estabelecidos e evitando prejuízos ao funcionamento e à identificação das unidades de saúde.

10.3.3. A verificação da correta instalação das placas nos locais indicados, garantindo fixação adequada, segurança estrutural e conformidade com as condições físicas de cada unidade.

10.3.4. Alimentação dos sistemas oficiais de gestão com registros da execução contratual, incluindo ordens de serviço, relatórios de execução, registros fotográficos e notas fiscais, garantindo a rastreabilidade dos serviços prestados.

10.3.5. A Administração assegurará as condições logísticas necessárias para a execução dos serviços, incluindo:

- I. Adequação dos Locais: Garantia de acesso às unidades para realização das medições e instalações, conforme cronograma previamente estabelecido.
- II. Ferramentas de Controle: Disponibilização de instrumentos de acompanhamento e checklists padronizados para conferência da execução dos serviços.

10.3.6. Alinhamento Técnico com as Unidades

- I. Como parte da solução, será realizado alinhamento prévio entre a Administração e a empresa contratada, com definição de cronograma de execução, validação dos layouts, padronização das informações e definição dos pontos de instalação em cada unidade.

10.3.7. Verificação Documental Final

- I. Imediatamente antes da celebração, a Administração realizará a checagem final da documentação da empresa vencedora, confirmando:

- II. Regularidade fiscal e trabalhista;
- III. Capacidade técnica comprovada;
- IV. Comprovação de aptidão para execução dos serviços de comunicação visual e instalação.

10.4. As providências têm por finalidade mitigar riscos de falhas na execução, prevenir retrabalho, assegurar a padronização da identidade visual e garantir que os serviços sejam executados com qualidade, eficiência e conformidade técnica, protegendo o interesse público e assegurando a adequada aplicação dos recursos.

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. No que tange à contratação dos serviços de confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional, verifica-se que não há, no momento, contratações correlatas ou interdependentes vinculadas diretamente a este processo.

11.2. A presente contratação possui natureza autônoma, sendo suficiente, por si só, para atender à necessidade de padronização da identificação visual e da sinalização das unidades da rede municipal de saúde.

11.3. Dessa forma, conclui-se que a execução do objeto não depende de outros processos administrativos para sua viabilidade, podendo ser realizada de forma independente, conforme planejamento da Administração.

XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

12.1. A contratação dos serviços de confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional apresenta baixo impacto ambiental, por se tratar de atividade de pequena escala, sem geração significativa de resíduos durante a execução.

12.2. Os materiais utilizados na confecção das placas, como chapas metálicas, acrílicos, PVC e adesivos vinílicos, não demandam consumo elevado de energia para sua aplicação final, sendo utilizados de forma pontual e controlada.

12.3. Priorizar a utilização de materiais duráveis, resistentes às condições climáticas e com maior vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos.

12.4. A execução dos serviços deverá observar técnicas adequadas de instalação, evitando desperdício de materiais e garantindo melhor aproveitamento dos recursos utilizados.

12.5. Garantir que os materiais empregados não contenham substâncias tóxicas em níveis prejudiciais ao meio ambiente e à saúde, bem como que sejam compatíveis com práticas de descarte ambientalmente adequadas.

12.6. Ao término da vida útil das placas ou em caso de substituição, deverá ser observada a destinação ambientalmente adequada dos materiais, podendo ser adotada a logística reversa **quando** aplicável, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

12.7. Medidas mitigadoras e requisitos:

- I. A empresa contratada deverá promover a destinação adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, quando houver;
- II. Os materiais utilizados deverão possibilitar reaproveitamento ou reciclagem, sempre que tecnicamente viável;
- III. Poderá ser exigida comprovação de destinação ambientalmente adequada dos resíduos, conforme normas vigentes.

12.8. Os materiais de embalagem utilizados no transporte das placas (plásticos, papelão, entre outros) deverão ser descartados de forma ambientalmente adequada.

12.9. As unidades de saúde deverão realizar a separação e o descarte seletivo das embalagens, priorizando a reciclagem conforme as diretrizes ambientais aplicáveis.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

13.1. Conclui-se que a contratação mostra-se adequada, necessária e viável para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, considerando os aspectos técnicos, econômicos e operacionais apresentados.

13.2. A contratação está alinhada às diretrizes de organização dos serviços públicos de saúde, apresentando viabilidade técnica, econômica e operacional, além de baixo impacto ambiental, conforme demonstrado nas análises preliminares.

13.3. A implementação da sinalização padronizada representa uma solução eficiente, contribuindo para a melhoria da identificação das unidades, orientação dos usuários, organização dos fluxos internos e fortalecimento da identidade institucional, promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos e qualificando os serviços prestados à população.

13.4. Diante do exposto, conclui-se que a contratação dos serviços de confecção e instalação de placas é viável, oportuna e recomendada, devendo o processo ter prosseguimento.

XIV - CONSULTA A ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAL QUANTO À EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ATENDA A NECESSIDADE APRESENTADA PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

14.1. Em atenção à recomendação constante da análise técnica (ID 2497187), informa-se que foi realizada consulta ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços do Município, por meio do Memorando ID nº 2528333, com o objetivo de verificar a existência de Atas de Registro de Preços vigentes que pudessem atender ao objeto do presente processo.

14.2. Durante a verificação, não foram identificadas Atas de Registro de Preços vigentes que contemplem integralmente o objeto pretendido, especialmente no que se refere aos serviços de confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional.

14.3. Verificou-se que não há atas disponíveis que atendam simultaneamente às especificações técnicas, padrões de identidade visual e quantitativos necessários para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

14.4. Ressalta-se que a eventual utilização de atas com objeto diverso ou parcialmente compatível poderia comprometer a padronização dos serviços, a qualidade da execução e a eficiência na identificação das

unidades de saúde.

14.5. Dessa forma, conclui-se pela inexistência de Ata de Registro de Preços apta a atender integralmente às necessidades da Administração, justificando-se a continuidade do procedimento licitatório para contratação específica do objeto.

XV - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudos Técnicos Preliminares, que a contratação:

15.1.1. A contratação mostra-se viável técnica e economicamente.

XVI - APROVAÇÃO

16.1. O ORDENADOR DE DESPESAS SECRETÁRIO DE SAÚDE Cristiano Ramos Pereira, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, resolve APROVAR o Estudo Técnico Preliminar objetivando a contratação de empresa especializada para confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional, fortalecendo a organização e a identificação das unidades da rede municipal de saúde de Ji-Paraná.

Ji-Paraná, 08 de junho de 2026.

Aprovado por:

(Assinado eletronicamente)
CRISTIANO RAMOS PEREIRA
Secretário Municipal De Saúde
Decreto nº 0038/2025

Revisado por:

(Assinado eletronicamente)
RENATO SILVA
Enfermeiro - 30H -SAU
Matrícula nº 14642

De acordo:

(Assinado eletronicamente)
ALINE LARA DE CARVALHO
Diretora do Dep. de Atenção Básica
Decreto nº 226/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **RENATO SILVA, ENFERMEIRO - 30H - SAU**, em 08/06/2026 às 11:33, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 08/06/2026 às 11:56, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE LARA DE CARVALHO**, Diretora do Dep. de **Atenção Básica**, em 08/06/2026 às 18:22, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2743517** e o código verificador **4C1B90D1**.

Referência: [Processo nº 1-3070/2026](#).

Docto ID: 2743517 v1

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 3070/2026 - SEMUSA

OBJETO: Sistema de Registro de Preços, para a contratação de empresa especializada na confecção, fornecimento, transporte e instalação de placas externas, fachadas, placas internas de sinalização funcional, quadros de horário de funcionamento e quadros de serviços ofertados, destinadas às unidades da rede municipal de saúde e apoio social do Município de Ji-Paraná/RO, incluindo, quando necessário, adequação de layout/arte final conforme padrão institucional, retirada de placas existentes e recomposição básica das superfícies afetadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.º

Banco.....

À

Superintendência de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

LOTE	ITEM	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
AMPLA PARTICIPAÇÃO						
LOTE ÚNICO	1	SERVIÇO DE CONFECCÇÃO DE PLACA EXTERNA PRINCIPAL – IDENTIFICAÇÃO DA UBS (FACHADA) Finalidade: identificação institucional da Unidade Básica de Saúde Dimensão recomendada 3,00 m (largura) x 1,20 m (altura) Tolerância técnica: mínimo aceitável: 2,50 x 1,00 m máximo usual: 4,00 x 1,50 m	SÇ	20,	1.060,00	21.200,00
	2	SERVIÇO DE CONFECCÇÃO DE PLACAS INTERNAS – SINALIZAÇÃO FUNCIONAL Portas de salas / consultórios Tipografia sem serifa, alto contraste Ambientes coletivos (recepção, vacinação, farmácia) 40 x 20 cm Altura de instalação: 1,50 m do piso acabado	SÇ	900,	164,00	147.600,00
	3	SERVIÇOS DE CONFECCÇÃO DE PLACA – QUADRO DE HORARIO S DE FUNCIONAMENTO DA UBS Dimensão recomendada (padrão) 60 cm (largura) x 40 cm (altura)	SÇ	20,	609,50	12.190,00
	4	1- PLACA- QUADRO DE SERVIÇOS OFERTADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS). 1- PLACA- quadro de serviços ofertados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Dimensão recomendada (padrão) 1,5 cm de (largura) x 80 cm (altura).	SÇ	20,	605,50	12.110,00
Valor total estimado:R\$ 193.100,00 (cento e noventa e três mil e cem reais).						

Observações:

- O Lote único, com um total de 4 (quatro) itens é destinado para AMPLA PARTICIPAÇÃO.
- A SEMUSA justifica a adoção de lote para contratação, conforme: **Considerando a natureza dos serviços de comunicação visual, verifica-se que há uma estreita interdependência técnica e operacional entre a confecção e a instalação das placas. A execução por um único fornecedor é indispensável para garantir a padronização da identidade visual, a fidelidade das cores conforme o Manual de Identidade Visual do SUS e a uniformidade de materiais em todas as unidades de saúde.**
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASGOV/CATMAT, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.
- As licitantes deverão encaminhar juntamente com a proposta, folder, catálogo ou similar para adequada análise do setor técnico competente.

Local/ Entrega/Pagamento: Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS (mínimo)**, a contar da data da apresentação.

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX **DECLARA** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na **Junta Comercial**, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, **devidamente registrado** na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de **eleição ou designação** dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de **sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de **sociedade estrangeira no país**, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempendedor Individual – **MEI**
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);
- 2.3. Inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.4. Certidão Conjunta **Negativa de Débitos** ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à **Dívida Ativa da União**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.7. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.

3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

3.2. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para

cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado (s)/certidões **deverão estar necessariamente** em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.4. **A contratada deverá garantir que os materiais utilizados são adequados à finalidade, resistentes às condições de uso e compatíveis com os padrões institucionais exigidos, especialmente quanto à durabilidade, legibilidade e acabamento.**

5. **DECLARAÇÃO** subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo III – A, elaborada em papel timbrado da empresa licitante.

ANEXO III – A

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que **ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.ji-parana.ro.gov.br
- h) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) **No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Obs:** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

<i>ITEM</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>UNIDAD E DE MEDIDA</i>	<i>QUANTIDA DE</i>	<i>VALOR UNITÁRI O</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
<i>1</i>					
<i>2</i>					
<i>3</i>					
<i>...</i>					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (*ou*) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.5. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.7. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.8. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.9. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (**conforme índice indicado no Termo de Referência**), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.10. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.11. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.12. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.13. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.15. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.16. São obrigações do Contratante:

- 1.17. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.18. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.19. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.20. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.21. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.22. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.23. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.24. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.25. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.26. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.27. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.28. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.29. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.30. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.32. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.33. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.34. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.35. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.36. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 1.37. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.38. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.39. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.40. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.41. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.42. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.45. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 1.46. Não haverá exigência de garantias contratuais **ou** a exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 1.47. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.48. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.49. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.49.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.49.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.50. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.51. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.52. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 1.53. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.54. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.56. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.57. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.58. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.58.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.59. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.59.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.59.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.59.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.60. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1.60.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.60.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.60.3. Indenizações e multas.

1.61. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.62. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.63. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.63.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.64. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.65. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.66. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.67. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.68. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.69. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

1.70. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos __(____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e __, às __ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n°/202...., publicada no de/202....., processo administrativo n.º, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ n Empresa:						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Forneciment o	Quantidad e Total	Quantidade Ofertada	Valor Unitári o	Valor Total do Fornecedor
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão).....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n..... e**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br), o qual será disponibilizado **via e-mail** pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)*

ANEXO V - A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total